

# EVOLUÇÃO

LA



**6 Anos.**

**A mesma essência.**



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.63>

**Editor Responsável:** Antônio Raimundo Pereira Medrado  
**Editor correspondente (ANGOLA):** Manuel Francisco Neto

**Coordenação editorial:**

Ana Paula de Lima  
Andreia Fernandes de Souza  
Antônio Raimundo Pereira Medrado  
Isac dos Santos Pereira  
José Wilton dos Santos  
Vilma Maria da Silva

**Coordenação editorial (Angola):**

Manuel Francisco Neto  
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

**Com. de Avaliação e Leitura:**

Prof. Dr. Adefilson Batista Lins  
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt  
Profa. Esp. Ana Paula de Lima  
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza  
Profa. Bianca de Assis Pirahy  
Profa. Dra. Denise Mak  
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)  
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira  
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)  
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)  
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza  
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)  
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo  
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

**Bibliotecária:**

Patrícia Martins da Silva Rede

**Colunistas:**

Prof. Dr. Adefilson Batista Lins  
Profa. Bianca de Assis Pirahy  
Prof. Dr. Isac Chateaneuf  
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)  
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva  
Prof. Me. José Wilton dos Santos  
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

**Web-edição:**

T.I Lee Anthony Medrado

**Contatos**

Tel. 55(11) 99543-5703  
Whatsapp: 55(11) 99543-5703  
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)  
netomanuefrancisco@gmail.com (Luanda)  
<https://primeiraevolucao.com.br>

**Imagens, fotos, vetores etc:**

<https://publicdomainvectors.org/>  
<https://pixabay.com>  
<https://www.pngwing.com>  
<https://br.freepik.com>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 63 (fev. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 208 p. : il. color

**Bibliografia**

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.63

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

**Livro Alternativo**  
[www.livroalternativo.com.br](http://www.livroalternativo.com.br)  
CNPJ: 28.657.494/0001-09

## 05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

Isac Chateauf

## 07 ESPECIAL

## 12 POIESIS

J. Wilton

# ARTIGOS

1. A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E SEUS IMPACTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL  
*Adriana Pereira Santos da Silva* 19
2. GARATUJAS E A CONSTRUÇÃO DO DESENHO INFANTIL COMO LINGUAGEM  
*Adriana Silva de Santana Barros* 26
3. MATERIAIS DE LARGO ALCANCE: DO CESTO DE TESOUROS À CONSCIÊNCIA AMBIENTAL  
*Amanda Zuza dos Anjos* 31
4. DAS PÁGINAS AUSENTES AOS FUTUROS POSSÍVEIS: LITERATURA NEGRA, ACERVOS ESCOLARES E A EMERGÊNCIA AFROFUTURISTA COMO PROJETO DE MUNDO  
*Bianca de Assis Pirahy* 41
5. A UNIÃO: O CONCEITO MATEMÁTICO COMO FUNDAMENTO FILOSÓFICO PARA A AGREGAÇÃO SOCIAL HARMÔNICA NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DE SAÚDE DA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO  
*Calunda dos Santos Jorge / Júnior Zacarias Miguel Paca* 45
6. PERFIL DO CONSUMO DE MEDICAMENTOS EM ESTUDANTES DO CURSO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - ICISA NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2024  
*Capuma Ernesto Eduardo / Wilson Valdemar Gomes Anilba* 50
7. AS CEM LINGUAGENS DA CRIANÇA: REGGIO EMILIA EM FOCO  
*Cícera da Silva Ramos* 55
8. O BRINCAR COMO EIXO ESTRUTURANTE DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL  
*Cláudia Reolo da Silva Ferreira* 62
9. LETRAMENTO MATEMÁTICO: DESENVOLVENDO A COMPREENSÃO E A APLICAÇÃO COTIDIANA NO ENSINO FUNDAMENTAL  
*Denise Teixeira Santos Menezes* 68
10. CONSEQUÊNCIAS DO ANALFABETISMO CIENTÍFICO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ANGOLANO. UM ESTUDO REALIZADO NA COMUNIDADE ACADÊMICA DO ISIA E DO IDERO – 2025/2026  
*Edson da Conceição Graça* 76
11. DA GARATUJA À ESCRITA: RELAÇÕES ENTRE DESENHO, LINGUAGEM E ALFABETIZAÇÃO INICIAL  
*Elizabeth Aparecida Feitosa Lima* 83
12. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E TEA  
*Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro* 89
13. A IMPORTÂNCIA DA ROTINA ESCOLAR PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA  
*Joice de Andrade Silva* 97
14. LIMITAÇÕES DA NOVA GESTÃO PÚBLICA NA REFORMA DO SETOR PÚBLICO ANGOLANO: EVIDÊNCIAS DO SIAC CACUACO  
*José Manuel dos Santos* 103
15. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL  
*Leandro de Almeida Oliveira* 108
16. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NO BERÇÁRIO I: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA  
*Lilian Silvana Minho Zanetta* 115
17. PSICOPEDAGOGIA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO CONTEMPORÂNEO ENTRE TEORIA E PRÁTICA  
*Luciane de Jesus Mineiro de Lima* 121
18. IMPACTO DA MOTIVAÇÃO NO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL. ESTUDO REALIZADO NO INSTITUTO POLITÉCNICO NO 131-LUBANGO  
*Lucoque Bernardo* 128
19. PREVALÊNCIA DE DEPRESSÃO EM ANGOLA: O CASO DOS RECLUSOS ATENDIDOS NO HOSPITAL PENITENCIÁRIO PSIQUIÁTRICO  
*Manuel Paulo Chamorro* 135
20. ENTRE AUTONOMIA E NORMATIZAÇÃO: METODOLOGIA ELOS – CONSTRUINDO COLETIVOS  
*Marcelo Cunha* 144
21. A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE LETRAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS  
*Marli Aparecida Rosa* 161
22. EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA  
*Maria de Lourdes Ferreira da Silva* 167
23. A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN  
*Orlaneide Ferreira Santos Diamante* 173
24. A EDUCAÇÃO PSICOMOTORA COMO BASE DAS APRENDIZAGENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL  
*Paula Dulcídio Rosseto* 179
25. O PANINHO DE APEGO COMO PRIMEIRO BRINQUEDO: REFLEXÕES A PARTIR DA PEDAGOGIA MONTESSORI  
*Renata da Costa Braz* 186
26. MOVIMENTO E INFÂNCIA: A IMPORTÂNCIA DA MOTRICIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR  
*Simone Gomes de Macêdo Miranda Ferreira* 193
27. TEORIA DE ACEITAÇÃO DA AUTORIDADE NAS ORGANIZAÇÕES ANGOLANA  
*Ucaca Venâncio António* 200



## A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN

Orlaneide Ferreira Santos Diamante<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar quais recursos e estratégias pedagógicas favorecem a inclusão de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil regular, especialmente na faixa etária de 4 a 6 anos, em turmas comuns. A pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório, realizado por meio de revisão de literatura, com base em livros e artigos científicos que abordam a Educação Inclusiva e o desenvolvimento infantil. Os resultados indicam que estratégias lúdicas e multisensoriais, como atividades que envolvem artes, música, movimento e experiências corporais, contribuem para ampliar a participação, a interação social e as oportunidades de aprendizagem das crianças, respeitando seus ritmos e necessidades de apoio. Constatou-se, ainda, que a efetivação da proposta da Educação Inclusiva depende de ações articuladas entre equipe gestora, professores, família e profissionais de apoio, além de formação docente continuada, adaptações curriculares e recursos pedagógicos adequados. Conclui-se que a inclusão na Educação Infantil exige práticas intencionalmente planejadas para garantir participação, aprendizagem e desenvolvimento integral de todas as crianças.

**Palavras-chave:** Inclusão. Educação Infantil. Síndrome de Down.

### INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil regular, especificamente na faixa etária de 4 a 6 anos, inseridas em turmas comuns. Historicamente, pessoas com deficiência foram excluídas dos espaços escolares e tiveram seus direitos educacionais negados, o que reforça a importância de estudos que contribuam para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas desde os primeiros anos da escolarização.

O estudo justifica-se pela necessidade de fortalecer a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, comprometida com a garantia de participação, aprendizagem e desenvolvimento integral de todas as crianças. No contexto da Educação Infantil, torna-se fundamental compreender as especificidades do desenvolvimento

de crianças com Síndrome de Down, a fim de planejar estratégias pedagógicas que considerem seus ritmos, necessidades de apoio e potencialidades, assegurando experiências significativas no cotidiano escolar.

Embora a inclusão escolar ainda represente um desafio que exige mudanças culturais, pedagógicas e institucionais, reconhece-se que a efetivação desse processo depende da formação docente, do engajamento da equipe gestora, da parceria com as famílias e da adoção de práticas que valorizem a diversidade como princípio educativo.

Diante desse contexto, a pesquisa orienta-se pela seguinte questão norteadora: quais recursos e estratégias pedagógicas favorecem a inclusão de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil regular, em turmas comuns?

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná, UNOPAR; Pós graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Associada Brasil, FAB; Extensões Universitárias em: Literatura Infantil; Múltiplas Competências para os Professores em Educação; Ensino de Artes; Ludicidade e Psicomotricidade; Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura de São Paulo, SME, PMSP.

O objetivo geral consiste em analisar os recursos necessários para efetivar a inclusão de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil. Como objetivos específicos, busca-se: apresentar os fundamentos da Educação Inclusiva; contextualizar a Síndrome de Down sob a perspectiva educacional; e identificar práticas pedagógicas que promovam participação e desenvolvimento na faixa etária investigada.

A metodologia adotada caracteriza-se como revisão de literatura, com seleção de livros e artigos científicos relacionados à temática, consultados em bases de dados como Scielo, Biblioteca Digital e Google Acadêmico.

### A SÍNDROME DE DOWN

A Síndrome de Down é uma condição genética caracterizada pela presença de um cromossomo extra no par 21, denominada trissomia do 21 (MENDES, 2001; SCHWARTZMAN, 1999). Essa alteração ocorre na constituição genética da pessoa e pode influenciar aspectos do desenvolvimento físico, motor, cognitivo e comunicativo.

Historicamente, pessoas com Síndrome de Down foram alvo de estigmatização e denominações inadequadas, como o termo “mongoloide”, hoje reconhecido como ofensivo e superado. A terminologia atual respeita a condição como uma característica genética, sem reduzi-la à identidade da pessoa, reforçando a importância do uso de expressões como “pessoa com Síndrome de Down” ou “criança com Síndrome de Down” (SILVA; DESSEN, 2005).

No campo do desenvolvimento, crianças com Síndrome de Down podem apresentar características específicas, como hipotonia muscular, maior tempo para aquisição de algumas habilidades motoras e desafios na linguagem oral. Também podem ocorrer diferenças na memória de curto prazo auditiva e no processamento de informações verbais, o que pode demandar estratégias pedagógicas diferenciadas (SILVA; DESSEN, 2005; SCHWARTZMAN, 1999).

É importante ressaltar que não existe um padrão único de desenvolvimento. Cada criança apresenta ritmos, interesses e formas próprias de

aprender, sendo o contexto familiar, social e escolar determinante para ampliar suas oportunidades de participação e aprendizagem. Conforme destaca Schwartzman (1999), o desenvolvimento não depende exclusivamente da alteração genética, mas também dos estímulos e das interações proporcionadas pelo meio.

Nesse sentido, a abordagem educacional deve evitar generalizações ou comparações rígidas com marcos cronológicos, priorizando a observação individualizada e a oferta de apoios adequados. Em vez de focalizar limitações, a prática pedagógica deve reconhecer potencialidades, promover interações significativas e garantir experiências que favoreçam a autonomia e o desenvolvimento integral.

Estudos indicam que crianças com Síndrome de Down tendem a responder positivamente a estratégias que utilizam recursos visuais, apoio concreto, repetição significativa, organização da rotina e atividades que integrem movimento, música e linguagem (MENDES, 2001; SILVA; DESSEN, 2005). Tais recursos contribuem para ampliar a compreensão, a comunicação e a participação nas atividades coletivas.

Além disso, aspectos como sensibilidade social, interesse por interações e expressividade podem favorecer processos de aprendizagem quando valorizados no contexto escolar (SASSAKI, 1999). Assim, a atuação docente deve fundamentar-se na mediação intencional, na adaptação de estratégias e na construção de um ambiente inclusivo, no qual a diversidade seja compreendida como parte constitutiva da prática educativa.

Dessa forma, compreender a Síndrome de Down sob uma perspectiva educacional implica reconhecer as especificidades do desenvolvimento sem reduzir a criança à condição genética. A inclusão efetiva na Educação Infantil exige planejamento pedagógico que considere necessidades de apoio, promova participação ativa e assegure oportunidades equitativas de aprendizagem.

### A ESCOLA INCLUSIVA

A inclusão de crianças com deficiência na escola regular tem sido amplamente discutida nas

últimas décadas, impulsionando a formulação de políticas públicas e marcos normativos que garantem o direito à educação em igualdade de condições. No entanto, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à organização institucional e à oferta de recursos adequados (CARVALHO, 2007).

No contexto brasileiro, a Lei Brasileira de Inclusão assegura o direito da pessoa com deficiência à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades, vedando qualquer forma de discriminação e garantindo condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem. Esse princípio também está alinhado à Base Nacional Comum Curricular, que estabelece direitos de aprendizagem e desenvolvimento para todas as crianças, e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que orientam práticas pedagógicas fundamentadas na diversidade, na equidade e na valorização das experiências infantis.

Nesse sentido, a escola inclusiva deve reconhecer cada criança como sujeito de direitos, respeitando suas singularidades e promovendo um ambiente que valorize a diversidade como princípio educativo. A inclusão não se restringe à matrícula na classe comum, mas implica reorganização curricular, adaptação de estratégias pedagógicas, eliminação de barreiras e oferta de apoios necessários para garantir participação efetiva.

A consolidação desse processo exige mudança de postura institucional e pedagógica. Professores precisam de formação inicial e continuada que os prepare para atuar em contextos diversos, superando práticas homogêneas e conteudistas (BUENO, 1999). No entanto, a responsabilidade pela inclusão não recai exclusivamente sobre o docente. A equipe gestora deve atuar de forma articulada, promovendo condições estruturais, organizacionais e pedagógicas que sustentem o trabalho em sala de aula.

A gestão democrática constitui elemento fundamental nesse processo, especialmente pela valorização da participação das famílias. Cada criança apresenta características próprias, e a parceria entre escola e família contribui para ampliar o conhecimento sobre suas necessidades de

apoio, interesses e formas de comunicação (MENDES, 2001). Além disso, quando necessário, o acompanhamento por profissionais de diferentes áreas pode complementar o trabalho pedagógico, favorecendo o desenvolvimento integral (ARTIOLI, 2006).

Autores como Schimer (2007) e Costa (2007) destacam que a escola inclusiva fundamenta-se no respeito, na aceitação das diferenças e na confiança no potencial de cada estudante. O ambiente escolar deve ser acolhedor, acessível e estimulante, garantindo que todas as crianças tenham oportunidades reais de participação nas atividades cotidianas.

No âmbito da Educação Infantil, as práticas pedagógicas devem priorizar interações e brincadeiras como eixos estruturantes do currículo, conforme orientam o DCNEI e a BNCC. A ludicidade, defendida por Praça (2011), constitui estratégia relevante para promover experiências diversificadas, respeitando os ritmos de aprendizagem e favorecendo o desenvolvimento social, emocional, motor e cognitivo das crianças com Síndrome de Down.

Dessa forma, a escola inclusiva configura-se como um espaço de transformação social, no qual a diversidade é compreendida como elemento constitutivo da prática educativa e a garantia de direitos se materializa por meio de ações pedagógicas intencionalmente planejadas.

#### **ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA O ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN**

Como visto na seção anterior, a criança com Síndrome de Down possui comprometimento no desenvolvimento cognitivo, possuindo mais lentidão para dar respostas aos estímulos, além da pouca capacidade de memorização. Sendo assim, através das brincadeiras e jogos, é possível tornar o ambiente propício à aprendizagem deste público, uma vez que trabalha com a linguagem natural da criança, favorecendo a aprendizagem de forma leve, dinâmica e efetiva.

De acordo com Rau (2011), o termo “lúdico” indica ações que proporcionam prazer enquanto realizadas, tais como brincadeiras e jogos. Sendo

assim, através da ludicidade, o indivíduo socializa, interage, reflete, torna-se mais crítico, amplia a visão de mundo, desenvolve linguagem, criatividade, sem deixar de lado a satisfação pessoal, que é muito importante para que o desenvolvimento seja efetivo e a aprendizagem transformadora.

Neste contexto, percebe-se a importância da educação lúdica na formação global do indivíduo, bem como o para a socialização da criatividade, das diversas linguagens, sendo fundamental na formação integral do ser humano. Se for dada a possibilidade à criança de brincar na sala de aula, entendendo essa ação como um ato educativo certamente terá o resgate da própria essência de interagir (KISHIMOTO, 2015, p. 34).

Kishimoto (2015) evidencia que a ludicidade é fundamental para o desenvolvimento individual e processo educativo, pois através desta linguagem que a criança passa a se interessar pelo aprendizado, com atenção, construindo conhecimento através dos mais diferentes papéis sociais possíveis.

A atividade lúdica é especificamente humana, mediada pela linguagem e por instrumentos materiais, sendo social por natureza, porque somente existe na condição de interação social. Por meio dela, a criança conhece e transforma os modos simbólicos, material e humano criativamente. (PRAÇA, 2011, p. 32).

Cabe ressaltar que o professor que trabalha em prol da inclusão deve ter sensibilidade em gerar a curiosidade, desafios e descobrir interesses de seus alunos. Sendo assim, se na sala de aula existir essas possibilidades da criança aliar ou aprender o jogo com a diversão, estará vinculando a aprendizagem ao saber, a descoberta e a produção do saber, tornando assim a aprendizagem significativa (FRIEDMANN, 2014).

Além disso, considerando que estes indivíduos possuem pouca coordenação devido a hipotonia, faz-se necessário apropriar-se de recursos que ampliam o desenvolvimento psicomotor (JESUS, 2005). Com isso, entende-se que os recursos lúdicos podem ser associados à atividades físicas, danças, gincanas e até mesmo atividades artísticas através das pinturas e colagens, que não só exploram a sensibilidade nata destas crianças, como também permite que reforcem a coordenação motora fina, concentração, atenção, entre outros (MENDES, 2001).

Scwartzan (1999) ao considerar que estas crianças possuem problemas de memorização e linguagem, afirma que o trabalho desenvolvido com a musicalização pode ser crucial no desenvolvimento de duas capacidades mentais, uma vez que permite a assimilação dos conteúdos de forma lúdica, bem como a ampliação do repertório através do conhecimento dos mais variados termos, além da organização do pensamento.

No entanto, ressalta que uma grande parcela do público possui problemas auditivos associados. Assim, para que as atividades sejam efetivas, é preciso que a família faça acompanhamento médico da criança e insira aparelhos auditivos caso necessário.

Pode-se dizer que a música desenvolve a linguagem e o pensamento, relembando os estudos de Vygotsky que mostram a necessidade de interrelação entre os dois campos, dando condições para a criança descobrir os sons que estão a sua volta e os que ela pode criar, e através desses criar novas maneiras de se expressar e se comunicar com as pessoas que estão ao seu redor (ANNUNZIATO, 2003).

A música é, cada vez mais, considerada uma ferramenta de ação pedagógica e, usada para alfabetizar, resgatar a cultura e ajudar na construção do conhecimento de crianças (FERREIRA, 2008).

Diante do foco da ação pedagógica, pode-se considerar que, por meio de atividades aonde se relacione objetos a sons, o educador pode perceber da criança, sua capacidade de memória auditiva, observação, discriminação e reconhecimento dos sons, podendo assim, vir a trabalhar melhor o que está defasado, na questão visual, auditiva e propriamente escrita (FERREIRA, 2008).

Nos estudos apresentados por Brécia (2003, p.60), é destacado que “[...] a música pode melhorar o desempenho e a concentração, além de ter um impacto positivo na aprendizagem de matemática, leitura e outras habilidades linguísticas nas crianças”.

Trabalhar, concomitantemente, as letras das músicas, as músicas, seus sons e contexto histórico-cultural, ajuda e fixa o trabalho pedagógico de maneira a levar o aluno a construir uma relação com

a sociedade e o papel da música naquele contexto (ANNUNZIATO, 2003).

Assim, ler poemas, textos ou letras das canções antes e também depois de ouvir a música, reforça e promove a integração de aspectos sensíveis, afetivos, estéticos e cognitivos da criança com Síndrome de Down, promovendo uma interação e comunicação social (BRÉSCIA, 2003).

Além disso, se faz necessário uma organização dos grupos, diminuição do número de alunos, mediação do professor com o grupo, simplificar as atividades, selecionar materiais e recursos de apoio para que a criança possa participar de todas as atividades e desenvolver sua autonomia moral e intelectual junto com as outras crianças (BUENO, 1999).

A avaliação deve ser individualizada, criteriosa e completa para cada criança, as informações e orientações devem ser compartilhadas pelas instituições no momento da construção do Projeto Político Pedagógico, para assim buscar estratégias de melhor aprendizagem por parte da criança. Sendo assim é importante o professor registrar as dificuldades e as possibilidades de cada criança,

A criança com deficiência Síndrome de Down tende a ser mais lenta para agir e dar respostas, é preciso dar mais tempo para que ela se expresse e realize uma atividade. Assim, os recursos pedagógicos devem ser planejados e adaptados pela equipe de inclusão, é necessário equipamentos que possibilitem o ir e vir na escola, que dê mais agilidade para locomoção.

Muitas vezes as escolas centram-se nas suas limitações e não nas suas possibilidades, e isso faz com que deixem de lado o real desenvolvimento dessa criança, limitam-se somente em suprir as necessidades e assim acabam não explorando as reais possibilidades dessa criança para que ela possa se desenvolver. Corroborando com os dizeres de Almeida (2013), é preciso uma transformação da cultura pedagógica e uma reavaliação sobre o Projeto Político.

As adaptações curriculares estão garantidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Nº 9.394/96 e pelas Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica (BRASIL, 2001), que orientam adaptações no projeto político pedagógico, no currículo, no nível individual.

A construção de um projeto de inclusão deve ser elaborada de forma coletiva, ou seja, todos devem participar dessa construção, e é exigido um trabalho de pesquisa ação, onde devem conter: Estudos, debates avaliação, planejamento, estratégias conjuntas entre professores do ensino regular e especialistas que acompanhem o processo de inclusão, contando com a participação de todos da comunidade escolar (UNICEF, 2000).

Almeida (2013), ao analisar a LDB 96, afirma que os professores são capacitados com especializações adequadas para integração dos alunos com necessidades especiais nas classes comuns dentro da sua formação superior, mas só isso não é o suficiente.

Por lei os alunos com necessidades especiais têm direito ao acesso às classes comuns, e com essa obrigatoriedade houve um aumento desses alunos nas escolas o que demanda investimentos para assegurar aprendizagem e desenvolvimento.

A educação inclusiva é vista tão somente como socialização do aluno, no qual as práticas pedagógicas os excluem, discriminam e os isolam. É necessária a superação dessas práticas para que a ação educativa seja um segmento de transformação (ARTIOLI, 2006; ARANHA, 2001).

Os professores devem ser capazes de analisar os alunos e suas diferentes necessidades no processo de aprendizagem para que dessa maneira possam elaborar e adaptar atividades diferenciadas, no intuito de aprimorar o atendimento ao aluno e abastecer com novas técnicas o seu planejamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do trabalho desenvolvido, percebe-se que não só os professores como as escolas não estão aptas a desenvolverem um trabalho que explore as potencialidades do deficiente, visando corresponder adequadamente a proposta da Educação Inclusiva.

Isto se deve ao fato de que a escola não dispõe de recursos físicos, humanos e estruturais para receber estas crianças, seja no âmbito da disponibilidade de materiais ou até mesmo despreparo da equipe que os atende.

Além disso, através do estudo pode-se perceber que a inclusão exige um trabalho em conjunto que envolve mais do que garantir a matrícula do aluno na sala de aula, e sim a parceria entre equipe gestora, família e professores para que o ambiente escolar torna-se propício ao desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos.

Assim, após toda a adequação da escola visando torná-la verdadeiramente inclusiva, é preciso que o professor esteja plenamente capacitado para trabalhar sob uma perspectiva diferenciada atendendo as necessidades de cada um dos alunos.

Como visto durante o estudo, embora o aluno com Síndrome de Down tenha diversas limitações citadas na literatura, é preciso que o professor trabalhe buscando explorar as suas potencialidades. Como tende a possuir problemas com a memorização e capacidade de resolução de problemas, conclui-se que trabalhar com a ludicidade apresenta-se como o melhor caminho para trabalhar o seu desenvolvimento integral.

Embora a ludicidade abrange inúmeras possibilidades de trabalho, foram encontrados estudos recentes enfatizando os benefícios da música no desenvolvimento da criança com Síndrome de Down, justamente por trabalhar os aspectos que limitam o seu desenvolvimento cognitivo.

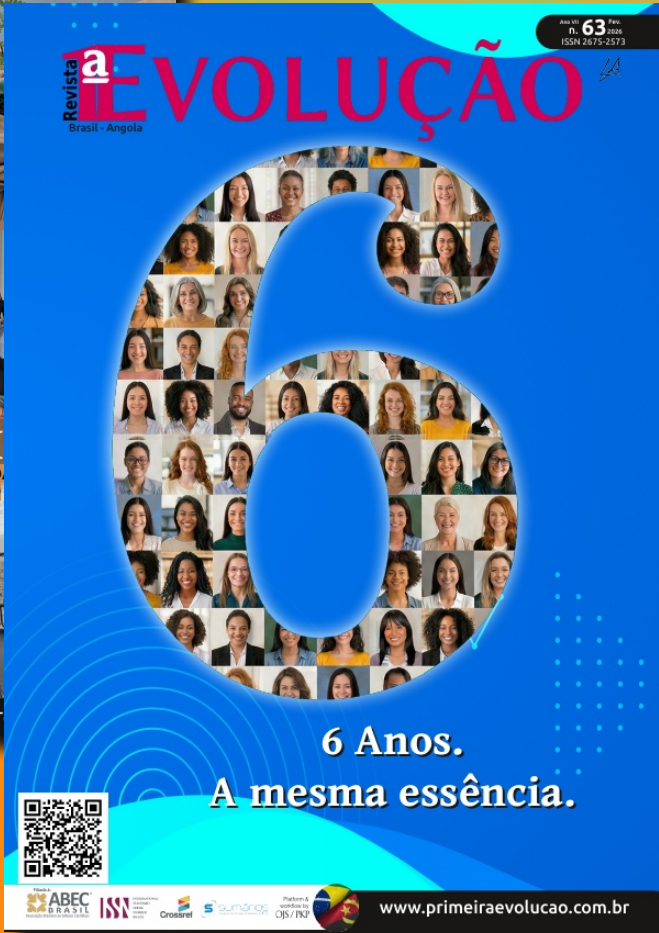
Além disso, ainda no campo da ludicidade, atividades que envolvam artes, música, dança, entre outras que exploram o esquema corporal, favorecem o desenvolvimento psicomotor, auxiliando que a criança tenha o preparo adequado para conseguir escrever, desenvolver concentração, atenção, noção de tempo e espaço, entre outros.

Por fim, entende-se que os recursos para trabalhar as potencialidades dos alunos com Síndrome de Down são amplos e é imprescindível que a escola disponha de todos os recursos e esforços para proporcionar este conhecimento essencial para o desenvolvimento humano, no entanto, é preciso

rever a base da inclusão através da formação profissional e disponibilidade de materiais adequados para que o trabalho final, ou seja, aquele realizado em sala de aula, seja de fato efetivo e que estes indivíduos usufruam da cidadania de forma plena.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. J. M. **Reflexo da legislação sobre a educação inclusiva nas escolas públicas e privadas**. Direito em Ação, Brasília, v. 10, n. 1, 2013.
- ANNUNZIATO, V. **Interagindo com a arte musical**. São Paulo: Paulinas, 2003.
- ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, mar. 2001.
- ARTIOLI, A. L. A educação do aluno com deficiência na classe comum: a visão do professor. **Revista Psicologia Educacional**, n. 23, São Paulo, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2017.
- BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educacionais especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, n. 5, set. 1999.
- BRÉSCIA, V. L. P. **A música e o desenvolvimento cognitivo**. São Paulo: Átomo, 2003.
- CARVALHO, V. S. **Recursos utilizados na aprendizagem de alunos de classe especial**. Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro, 2007.
- FERREIRA, M. **Como usar a música na sala de aula**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- FRIEDMANN, A. **A arte de brincar**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- JESUS, S. C. **Inclusão escolar e a educação especial**. 2005. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/04/artigo-2a8.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a Educação Infantil**. 13. ed. São Paulo: Pioneira, 2015.
- MANTOAN, M. T. E. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC, 2007.
- MENDES, E. G. Raízes históricas da educação inclusiva. In: **Seminários Avançados sobre Educação Inclusiva**. Marília: UNESP, 2001.
- MONTEIRO, M. S. **A educação inclusiva**. 2004. Disponível em: [www.educacaoonline.pro.br/inclusao](http://www.educacaoonline.pro.br/inclusao). Acesso em: 16 jul. 2019.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- PRAÇA, E. T. **Uma reflexão acerca da inclusão do aluno autista no ensino regular**. Dissertação (Mestrado) – Juiz de Fora, MG, 2011.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.
- SILVA, A.; DESSEN, E. **Aprendizagem e Síndrome de Down**. Rio de Janeiro: WVA, 2005.
- UNICEF. **Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras: Diversidade e Equidade**. Brasília: UNICEF, 2003.



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.63>



**COORDENAÇÃO:**

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto  
 Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco  
 Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

**AUTORES(AS):**

Adriana Pereira Santos da Silva  
 Adriana Silva de Santana Barros  
 Amanda Zuza dos Anjos  
 Bianca de Assis Pirahy  
 Calunda dos S. Jorge / Júnior Zacarias M.Paca  
 Capuma E. Eduardo / Wilson V. Gomes Anilba  
 Cícera da Silva Ramos  
 Cláudia Reolo da Silva Ferreira  
 Denise Teixeira Santos Menezes  
 Edson da Conceição Graça  
 Elizabeth Aparecida Feitosa Lima  
 Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro  
 Joice de Andrade Silva  
 José Manuel dos Santos  
 Leandro de Almeida Oliveira  
 Lilian Silvana Minho Zanetta  
 Luciane de Jesus Mineiro de Lima  
 Lucoque Bernardo  
 Manuel Paulo Chamorro  
 Marcelo Cunha  
 Marli Aparecida Rosa  
 Maria de Lourdes Ferreira da Silva  
 Orlaneide Ferreira Santos Diamante  
 Paula Dulcídio Rosseto  
 Renata da Costa Braz  
 Simone Gomes de Macêdo Miranda Ferreira  
 Uaca Venâncio Antônio

Indexadores:



Filiada à:



Parceiros:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

